

MP mantém corte nos recursos para saúde

José Paulo Lacerda/AE

Dos US\$ 14 bilhões pedidos pelo ministro Santillo, só cerca de US\$ 9 bilhões devem ser liberados; dívida com hospitais em janeiro chega a CR\$ 180 bilhões e ministério não tem como pagar

BRASÍLIA — A Medida Provisória 422, publicada ontem no **Diário Oficial** — reedição da 396, uma das não aprovadas pelo Congresso na quinta-feira passada — deixa o Ministério da Saúde de fora das chamadas despesas 'incompríveis' — que não podem ser cortadas do Orçamento. Fica, portanto, mantida a redução na verba pedida pelo ministro Henrique Santillo.

A MP 422 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e proíbe o governo de lançar títulos para financiar o déficit orçamentário. Como consequência imediata, o ministério não terá dinheiro para pagar a dívida de CR\$ 180 bilhões de janeiro com os cerca de 5 mil hospitais que têm convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS). Os pagamentos deveriam começar hoje. O ministério tem apenas CR\$ 42 bilhões deste total.

Na semana passada, o ministro Henrique Santillo enviou ao presidente Itamar Franco uma exposição

de motivos defendendo a inclusão da saúde entre as despesas prioritárias. Santillo argumentou que o Orçamento da área foi reduzido em 50% nos últimos cinco anos, que no ano passado ficou em torno de US\$ 50 per capita, "comparável apenas aos países mais pobres do mundo".

A proposta orçamentária que o governo enviou ao Congresso há duas semanas previa a dotação de pouco mais de US\$ 9 bilhões, quando a real necessidade, de acordo com as contas da exposição de motivos, seria de US\$ 14 bilhões.

Em sua exposição, defendendo maior volume de recursos para a área da saúde, o ministro

Henrique Santillo argumentou que metade da receita da área advém de uma fonte que ainda não existe — o Fundo Social de Emergência (FSE) — e, portanto, ainda indisponível a cada mês. A consequência é que apenas CR\$ 42,6 bilhões estão disponíveis para despesas de custeio (vacinas e medicamentos, entre outros).

**MINISTRO
TENTA
SOLUÇÃO NO
CONGRESSO**



Lair: "Com o corte, a contrapartida do Brasil será menor e a parte do Bird sofrerá redução"